

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 19 de abril de 2002

Ano 4 Nº 93

Tarzan assume presidência do Legislativo

Assumiu nessa quarta-feira (17) a presidência do Legislativo o deputado Sandro Tarzan (PPB), que ficará no cargo por 13 dias. O atual presidente, Onofre Agostini (PFL), precisou se afastar do cargo por motivo de saúde. Várias lideranças políticas da serra catarinense estavam presentes ao ato.

Agostini garantiu estar satisfeito com seu substituto, pois reconhece o grande trabalho de seu colega parlamentar. Tarzan se emocionou ao agradecer os amigos e familiares. "Minha família sabe o quanto é difícil seguir a carreira política, mas eles sempre me deram apoio e por isso estou aqui assumindo a presidência da Casa com muita alegria e responsabilidade".

Em seu primeiro ato como presidente da AL, Sandro Tarzan esteve nessa quin-

ta-feira em Brasília, acompanhado do governador Esperidião Amin, do prefeito de São Joaquim, Newton Fontanella, e do presidente da comissão organizadora da Festa da Maçã, João Carlos Palma Júnior, para convidar o presidente Fernando Henrique Cardoso a prestigiar a *XI Festa da Maçã*, evento que ocorrerá entre os dias 27 de abril e 5 de maio em São Joaquim.

FHC prometeu apreciar o convite com cari-



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Familiares prestigiam o ato

nho. "Digamos que temos 50% de chances dele ser o quinto presidente da República a visitar nossa cidade".

Conflito de terras é problema central na questão indígena

(foto Solon Soares)

O conceito cultural de posse de terra é o eixo central do debate para as políticas destinadas a preservar a vida e a cultura dos 270 mil representantes de nações que contabilizavam 5 milhões de índios em 1.500. A avaliação é dos debatedores do *Troca de Opinião*, transmitido ao vivo na noite de quarta-feira pela TV AL, com a participação dos professores



Debate foi apresentado ao vivo

da UFSC, Fernando Dantas, advogado e jurista, e Esther Langdon, antropóloga, da deputada Ideli Salvatti (PT) e do deputado Nelson Goetten (PPB). O programa contou ainda com a participação especial da socióloga Azelene Inácio, representante indígena da Comissão da ONU contra a discriminação e racismo e membro indígena do Conselho Nacional da Mulher.

Azelene louvou a idéia da Campanha

da Fraternidade deste ano lançada pela CNBB, centrada na questão do índio. "Mas sempre será muito pouco, apesar de ser importante que o Estado reconheça que espoliou os povos indígenas". Goetten, presidente da Comissão de Direitos Humanos, questionou a idéia de que devolver terras aos índios é uma forma de preservar o meio ambiente. "Eu vejo, na minha região, no Vale, que eles querem de volta terras para extrair a madeira". O fato, conforme o professor Dantas,

já indica os caminhos a seguir. "Nossa ótica de desenvolvimento destruiu o meio ambiente e o meio de sobrevivência deles. Temos que instituir políticas que priorizem o resgate da cultura, neste caso a posse de terra é central".

Ação da AL - As mais graves situações de conflitos em SC, no Oeste e na Barragem de José Boiteux, município de Ibirama, já tiveram intervenções da Assembleia. Ideli vai propor ações para retomar o papel ativo do Legislativo nas duas questões. Segundo ela, há protocolos, ajustes de conduta, decisões do Ministério Público e da Justiça que datam de 1992, em ambos os casos, e não estão sendo cumpridas. Além disso, há um projeto de lei tramitando na Casa desde 99, de autoria do ex-deputado Pedro Uczai (PT), que estabelece as indenizações pelas terras indígenas compradas pelos agricultores há décadas do espólio efetivado pelos colonizadores europeus. "A proposição será trazida de volta ao debate na Casa" garantiu a parlamentar.

OPINIÃO

CPI: a esperança do retorno da paz nas estradas



Os mais de quinze anos rodados de ponta a ponta deste país gabaritam-me para defender uma das classes que mais sofrem no Brasil, os caminhoneiros. Muitas foram as vezes em que, mesmo sofrendo penalidades da Justiça, estive ao lado desses trabalhadores que carregam, com muita garra e coragem, 90% do PIB brasileiro.

Diante disso, o senador Romeu Tuma (PFL/SP) e a Confederação dos Transportes de Cargas incumbiram-me da árdua tarefa, mas necessária, de instalar a CPI do Roubo de Cargas em Santa Catarina. Feita a solicitação, levei o pedido ao plenário, e qual foi a minha surpresa ao constatar que trinta parlamentares mostraram-se favoráveis a sua implantação, quando somente quatorze assinaturas eram necessárias. Fiquei satisfeito, pois tudo indicava que eu não teria maiores problemas para instalar a CPI. Só que ao marcar a data da implantação por três vezes, pois nunca havia quórum, novamente fui tomado pela surpresa; só que desta vez a alegria deu lugar à frustração, pois convocava os parlamentares e um ou dois apareciam.

Mas não desanimei, afinal me foi delegada uma missão, eu não podia vacilar e nem fugir do compromisso, pois quando jurei defender o povo

catarinense não escolhi em que e nem como. Apesar dos percalços no meio do caminho, na quarta vez, finalmente, a CPI foi instalada e já dá mostras de sua importância no combate ao roubo e receptação de cargas, seqüestro de caminhoneiros e desmanche de veículos.

Dados revelam que esta 'comissão' era mais do que necessária para trazer a paz de volta às estradas não só de Santa Catarina, mas de todo o Brasil. Somente no ano passado, foram 130 casos de roubo e furto de cargas no Estado, sem falar nos desmanches. Dentro deste quadro, a próspera região de Joinville foi a que mais sofreu: 18 casos. A gravidade nessa parte do Estado é tão gritante que, na última terça-feira, dois empresários da área de transporte foram ouvidos pela CPI. Neste dia ficou sacramentado que a instalação da CPI do Roubo de Cargas foi uma sábia decisão. Os depoimentos dos senhores Anacleto Pintarelli, da Coopercargas, e Alex Breiter, do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Joinville, que já passaram pela triste experiência de ter cargas roubadas, fizeram com que conseguíssemos visualizar uma luz no fim do túnel. Ambos deram sugestões que são muito valiosas e que, certamente, eu e os outros membros da comissão iremos levar adiante para que vigore e traga de volta a segurança tão esperada pelos meus amigos caminhoneiros.

Deputado Manoel Mota (PMDB)

mota@alesc.sc.gov.br

Refis: uma nova oportunidade



No exercício do nosso mandato de parlamentar temos a obrigação de estar sempre sintonizados com as necessidades da sociedade catarinense, a mesma que nos colocou neste Parlamento para buscar soluções aos seus problemas. E um desses problemas diz respeito à aplicação da Lei do Refis/SC (Programa Catarinense de Recuperação Fiscal), uma lei similar àquela adotada pelo Governo Federal em abril de 2000 com o objetivo de regularizar os créditos da União decorrentes de débitos de pessoas

jurídicas, relativos a tributos e contribuições administradas pela Receita Federal e pelo INSS com vencimento até 29 de fevereiro daquele ano.

A versão estadual do Refis trouxe, de fato, mais alívio aos empresários catarinenses porque ninguém ignora as dificuldades que as forças produtivas têm que enfrentar para garantir tanto o seu produto final, quanto a manutenção de tantos (preciosos) empregos. Mas a legislação não pode ser uma camisa-de-força e dispositivos precisam ser flexionados, muitas vezes, não para atender a interesses de alguns, mas para não inviabilizar empresas.

Nesse sentido, estamos entrando com projeto-de-lei nesta Casa propondo alteração na Lei 11.481, de 17 de julho de 2000, que criou o Refis catarinense. Mais especificamente, a alteração é do Artigo 7º,

inciso II daquela Lei. Tal dispositivo diz, atualmente, que o optante pelo Refis/SC será excluído do Programa, entre outras coisas, quando estiver inadimplente, "por três meses consecutivos ou não, relativamente a qualquer dos tributos abrangidos pelo Refis/SC, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 1999".

Pela nossa proposta, o inciso II do Artigo 7º passa a estabelecer que a exclusão também ocorreria no caso de "inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos abrangidos pelo Refis/SC, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 1999".

Entendo que, no plano federal, o Refis já prevê que, somente após três meses consecutivos ou seis meses alternados, o optante pelo Programa que estiver inadimplente perderá o direito à participação no mesmo. É justo, portanto, que o contribuinte estadual tenha o mesmo benefício.

O interesse do Estado é que, efetivamente, a dívida seja paga. Com a alteração proposta, o optante pelo Refis tem um prazo mais alongado para quitar seus débitos, diminuindo a possibilidade de ser excluído do Programa, ao mesmo tempo em que torna mais efetivo o cumprimento do objetivo do mesmo, que é o de prover a regularização de créditos tributários.

Deputado Nelson Goetten (PPB)

nelson@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)

1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose

Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana

Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Rubens Vargas

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon

Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

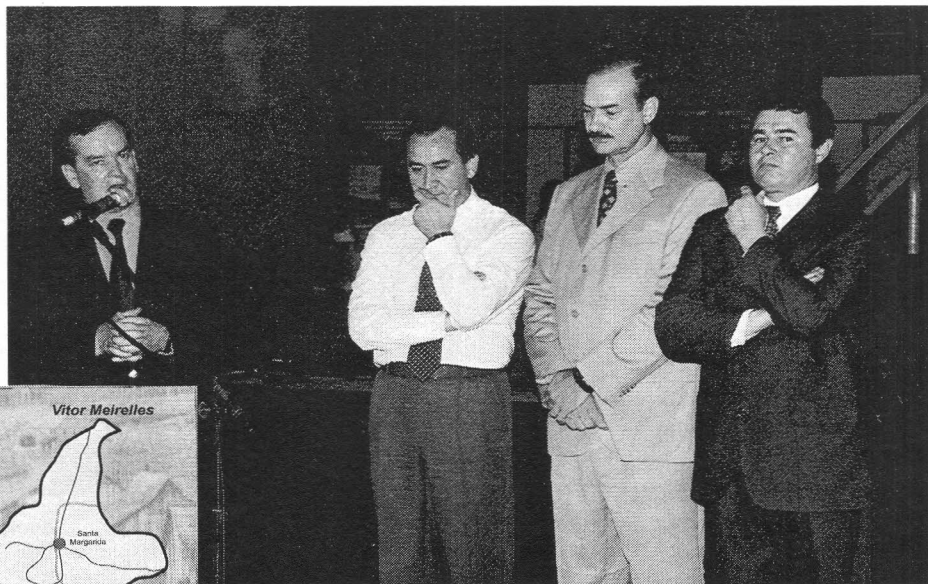
Retratos de SC apresenta o município de Salete

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Colonizado a partir de 1925 por descendentes de alemães e italianos, o município do Alto Vale do Itajaí recebeu este nome em homenagem à rainha dos Céus, Nossa Senhora de Salete, que em 1937 teve sua imagem colocada no Morro da Salete, onde foi construído um seminário pelos padres seculares.

Com um pouco mais de 7 mil habitantes, o município foi representado na cerimônia de apresentação, às 19 horas desta terça-feira (16), no Hall da Assembléia, no Projeto Retratos de Santa Catarina, pelo prefeito Ademir Niehues e pelo vice-prefeito Nelson Moser, ambos do PPB. O 2º vice-presidente da Assembléia, deputado Sandro Tarzan (PPB) e os deputados Rogério Mendonça (PMDB), Nelson Goetten (PPB), e Joares Ponticelli (PPB), líder do governo, prestigiaram a solenidade.

Niehues afirmou que a economia de Salete, sexto arrecadador de ICMS entre os 28 municípios do Alto Vale, está baseada nas indústrias madeireira, metal-mecânica, de confecções e na

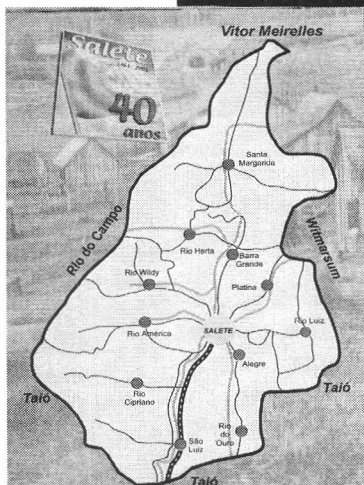


Mendonça, Goetten, prefeito Ademir e Tarzan

agricultura. Destacou, entre os produtos de qualidade, as portas de madeira exportada para países dos continentes americano, o europeu e asiático, assim como o uniforme de uma marca italiana que é utilizado pelo tenista catarinense Gustavo Kuerten.

Mendonça frisou que Salete é um modelo de economia exemplar para o Esta-

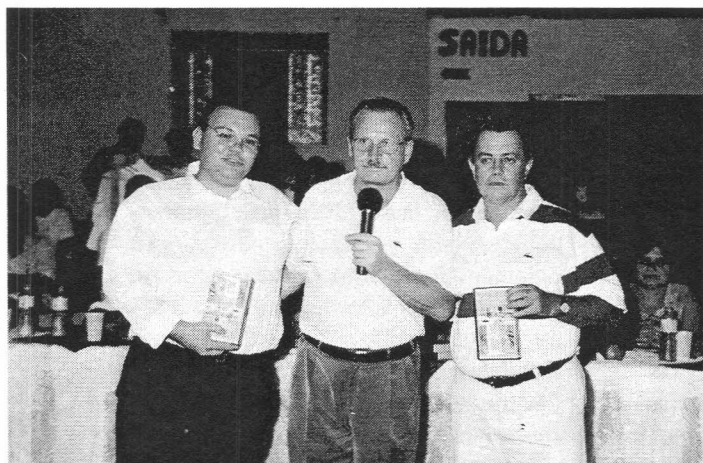
do, principalmente para os pequenos municípios. Lembrou de expoentes nos esportes, como o ciclista Márcio May, presente ao evento, que representou o Brasil em duas Olimpíadas, e do Festival de Dança, este ano em sua 12ª edição. Goetten cumprimentou os empreendedores de Salete por mandar seus produtos para o Brasil e o mundo, enquanto Tarzan falou da importância do Projeto Retratos de SC por revelar aos catarinenses um município em franco desenvolvimento.



TV AL realiza documentário sobre a bacia do rio Timbó

Os presidentes da Casa, Onofre Agostini (PFL), do Instituto de Desenvolvimento Regional - Eco Iguçu, Marcelo Boldore, e do Comitê da Bacia do rio Timbó, Antonio Reinelli, marcaram presença no I Seminário sobre o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do rio Timbó, no último dia 12, em Santa Cruz de Timbó, distrito de Porto União. Durante o evento foi lançado o documentário realizado pela TV AL sobre a bacia do rio Timbó.

Segundo Agostini, o documentário tem como objetivo divulgar o desenvolvimento sustentado na região, desde o aproveitamento da mão-de-obra local, nos setores de manufaturados, de transforma-



Boldore, Onofre e Reinelli

ção e turístico, até a preocupação de manter a preservação e conservação do ambiente e do ecossistema.

O presidente fez questão de enfatizar as riquezas naturais do local. "As belas cachoeiras, a pesca do lambari, passeios

ecológicos e outras atividades de campo impulsionam a construção de novas pousadas, melhorias na infra-estrutura dos hotéis, gerando desta forma empregos aos moradores, e que além de agregar renda às famílias evita a migração para os grandes centros".

Onofre ainda comentou que os tópicos abordados nesse documentário são de suma importância para as comunidades da bacia do rio Timbó. "A Assembléia Legislativa fez questão de realizar este documentário como forma

de contribuir na divulgação de um trabalho que, além de mostrar a capacidade de realização dos moradores, ressalta a preocupação dos catarinenses com o patrimônio natural a ser herdado pelas próximas gerações".

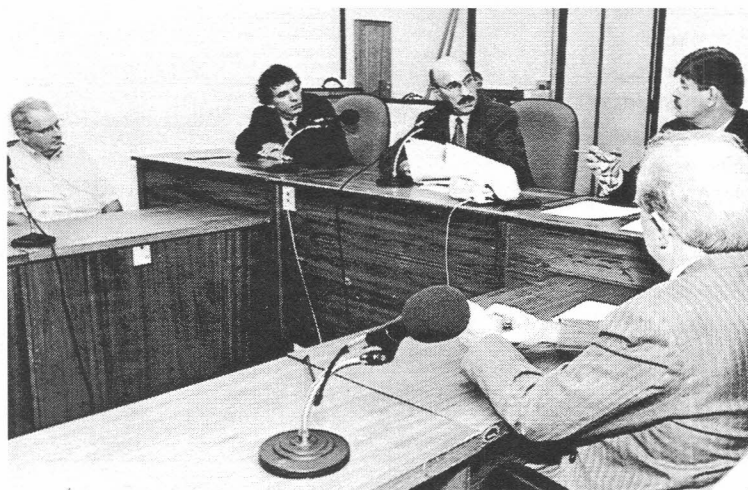
COMISSÕES

CPI do Roubo de Cargas ouve sindicalistas

Os presidentes da Coopercargo, Anacleto Pintarelli, e do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Joinville, Alex Breier, participaram da reunião semanal da CPI do Roubo de Cargas, presidida pelo deputado Manoel Mota (PMDB).

Segundo Mota, os membros da CPI acatarem a decisão de ouvir não só os lesadores, mas também os prejudicados com os roubos de cargas, seqüestro de caminhoneiros e desmanche de veículos, como é o caso da Coopercargo, uma das empresas que mais sofre com o crime por trabalhar com as chamadas *cargas brancas*, geladeira e fogão. "Entre 1997 e 2001 registramos 19 roubos, das quais nunca mais tivemos notícias", disse Pintarelli.

Para Breier, os roubos de cargas existem porque proporcionam, tanto aos ladrões, como aos receptores, a certeza de lucro fácil. "Uma carga que valha R\$ 70 mil acaba sendo vendida ao recepta-



Reunião da comissão

dor por R\$ 35 mil. Ao revender para o consumidor final, o receptor acaba tendo um lucro significativo, já que nenhum imposto é pago".

Entre as sugestões fornecidas por Pintarelli e Breier estão o cadastramento feito na hora em que o motorista está saindo para viajar. "Todos os detalhes da carga, assim como do motorista, podem ser feitos na hora, inclusive com sua foto. Isso facilitaria para a Polícia Rodoviária investigar se quem está dirigindo o cami-

nhão realmente é o motorista que saiu da transportadora", argumentou Pintarelli.

Já para Breier, além do aumento do número de policiais rodoviários no percurso, poderia ser feita uma grande campanha publicitária para incentivar o uso do Disque-Denúncia. "Se tivesse mais outdoors espalhados ao longo das vias, acredito que o número de denúncias seria bem maior".

O tenente Rodney Medeiros da Silva, da PRE,

sugere que as empresas passem a informar aos policiais o trajeto do caminhão, dados da carga e nome do motorista para que seja possível o monitoramento durante a viagem.

A próxima reunião da CPI será no dia 23 de abril, na qual deverá depor o presidente da Federação de Transporte de Cargas, Augusto Dalçóquio.

Parlamentares querem cópias dos contratos dos pardais

A CPI dos Contratos, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), decidiu requerer ao DER cópias dos contratos firmados entre as empresas instaladoras de controladores de velocidade (pardais) e o governo, afim de averiguar se há irregularidades, como as denúncias feitas pelo deputado Jaime Mantelli (PDT) que estaria ocorrendo um reposicionamento do equipamento sem o prévio conhecimento do motorista, como manda a Lei nº 11.375/00.

Segundo Blasi, a CPI irá pedir maiores esclarecimentos ao presidente do DER. "Queremos averiguar detalhadamente os contratos, se houver irregularidades começaremos a investigar".

Quanto à solicitação feita no dia 15 de março pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB) sobre a não contratação imediata dos aprovados em concurso feito pela Cidasc para fiscalização sanitária nas fron-

teiras do Estado, ficou decidido que a Comissão de Agricultura seria mais apropriada para analisar o caso.

TCE - Blasi e os deputados Julio Garcia (PFL) e Afrânio Boppré (PT) estiveram nessa quarta-feira (17) no Tribunal de Contas do Estado (TCE), onde foram recebidos pelo presidente, conselheiro Salomão Ribas Júnior. A visita teve como objetivo colher informações sobre a auditoria interna que o Tribunal realiza no edital de concorrência para obras na BR-282, no sub-trecho Vargem - São José do Cerrito, no Planalto Serrano.

O edital para obras no trecho de aproximadamente 53 Km foi suspenso pelo próprio Tribunal. Os técnicos apontaram alterações no valor de determinados serviços. A suspensão do edital é um dos focos de investigação da CPI. O DER/SC, responsável pela obra, contesta tais alterações e chegou a apresentar pedido de reexame.

CPE vai visitar hospitais

A CPE criada pela Assembléia para "averiguar os motivos e impedimentos que possam justificar o atraso no início da realização de cirurgias cardíacas nos hospitais de Criciúma" vai visitar os hospitais São João Batista e São José, naquela cidade, para coletar as primeiras informações que orientem a apuração. A visita está marcada para o dia 25 e a presença do secretário municipal de Saúde, Brasil Pina, será solicitada pelos integrantes da comissão.

Durante reunião de instalação da CPE, o deputado Ronaldo Benedet (PMDB) foi eleito presidente, enquanto o relator escolhido foi o deputado Valmir Comin (PPB). Também integram a Comissão os deputados Julio Garcia (PFL) e José Paulo Serafim (PT).

A comissão tem prazo de 90 dias, prorrogável por mais 60 dias, para investigar os motivos que levaram o Governo do Estado, apesar de compromisso assumido, de não realizar as cirurgias cardíacas.

PLENÁRIO

Auxílio-moradia provoca polêmica

A denúncia da extensão do auxílio-moradia a ex-deputados e procuradores inativos, por determinação da Mesa da Assembléia, foi rebatida nessa semana pelo presidente, deputado Onofre Agostini (PFL). Munido de todas as leis e decisões judiciais que deram base à agregação do valor ao salário, Agostini salientou que não houve resolução nesse sentido. "Para quem requereu, demos, porque a Lei Complementar nº 106, de janeiro de 1994, obriga o pagamento da diferença. Isto porque, antes, a Justiça considerou o benefício como verba remuneratória, ou seja, integra o salário".

A polêmica das seguidas extensões do auxílio-moradia, recebido por pensionistas de desembargadores, procuradores e promotores de Justiça, em todas as instâncias, começou com a greve deflagrada pelos magistrados em fevereiro de 2000.

Laguna - Capital do Camarão

O município de Laguna passa agora a ser reconhecido como *Capital Catarinense do Camarão*, com a aprovação de projeto de lei do deputado Francisco de Assis (PT). A proposta determina que o governo estadual, através dos órgãos de fomento agropecuário e do turismo, disponibilizará apoio técnico à promoção de eventos alusivos à produção de camarão em Laguna.

O parlamentar observa que o município é famoso pela produção de camarões marinhos, de forma extrativista e no cultivo. A produção do crustáceo em cativeiro, denominada de carcinicultura, teve início com o apoio da Epagri e significa o mais importante produto primário da cidade e da região do Complexo Lagunar Sul.

Transporte gratuito – Também de autoria de Assis foi aprovado projeto que altera a Lei nº 5.684/80, que trata do transporte gratuito aos educadores. Atualmente a lei garante deslocamento gratuito no trajeto escola-casa e vice-versa ao professor, devidamente credenciado, da rede pública estadual. A proposição visa estender o benefício ao especialista em educação, que no entendimento do autor faz parte do conjunto das categorias que compõem o estabelecimento de ensino.

Para debelar a greve, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, aplicou à risca preceito constitucional que determina a equanimidade de salários pagos no Congresso Nacional, ministros das cortes superiores de Justiça e a cadeia vinculada aos dois poderes nos âmbitos estadual e municipal. Além disso, considerou o auxílio-moradia como verba remuneratória, não indenizatória. A Assembléia começou a pagar o benefício naquele mesmo ano, antes da gestão de Agostini.

Contrários

Começou a tramitar na Casa proposição para acabar com a concessão do auxílio-moradia aos parlamentares. A proposi-

ta foi apresentada, com pedido de regime de urgência, pela bancada petista, e deve ser apreciada na próxima terça-feira pela Comissão de Justiça.

Conforme o líder da bancada, Afrânio Boppré, se aprovada pelo parlamento a proposição vai revogar a lei nº 11.464, de julho de 2000, que referendou este benefício a mais nos salários concedidos através de resolução da Mesa Diretora em 99.

No entanto, Agostini garante que para estancar o pagamento do benefício não basta revogar algumas leis. A Constituição teria que ser modificada, pois é nela que se encontra a origem da sustentação dos argumentos do STF.

Valorizando a cultura açoriana

Com o objetivo de valorizar a cultura dos descendentes de açorianos em Santa Catarina, o deputado Jaime Mantelli (PDT) deu entrada no projeto de lei que institui o dia 6 de janeiro como o *Dia da Cultura Açoriana no Estado de Santa Catarina*.

Lembra que foi este povo o grande responsável pela colonização, organização social e política do Estado, a partir dos municípios situados ao longo da faixa litorânea. "As festas e folias de ternos de reis, as danças, as rendas, o artesanato e outras formas de manter viva a tradição açoriana não podem se perder com o tempo e, por isso, os poderes constituídos devem incentivar, juntamente com os Núcleos de Estudos Açorianos (NEA's) e fundações culturais, esses eventos e outras manifestações que lembrem as tradições do povo dos Açores".

O dia 6 de janeiro foi escolhido não somente por ser o dia da *Festa dos Reis Magos*, largamente comemorada pelo povo açoriano e seus descendentes, mas também por que neste dia chegou a primeira leva de 461 açorianos nas águas da Baía Norte.

O historiador Walter Piazza encontrou



mantelli@alesc.sc.gov.br

documentos no Arquivo Histórico da Ilha Terceira (Arquipélago dos Açores), depois transferidos para o Arquivo Ultramarino de Portugal que comprovam estas informações.

Nereu do Vale Pereira, sociólogo e historiador, registrado em sua obra *Anais dos 250 anos da Colonização Açoriana*, a chegada desses emigrantes à antiga província de Santa Catarina no dia 6 de janeiro. Segundo ele estima-se que o número de catarinenses descendentes de açorianos ultrapasse a 2 milhões de habitantes.

PLENÁRIO

Honraria à Irmã Célia Cadorin

Como forma de reconhecimento aos trabalhos desenvolvidos durante o processo de canonização da Madre Paulina, foi aprovado, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), projeto de resolução que concede *Honraria do Mérito* à Irmã Célia Bastiana Cadorin.

A homenagem será concedida em forma de placa personalizada, simbolizando a gratidão do povo catarinense pela nobreza de caráter, conduta ilibada e perseverança para a santificação de Madre Paulina. O parlamentar lembrou que a homenageada dedicou grande parte de sua vida ao trabalho social nas paróquias por onde passou.

Homenagem ao senador Geraldo Althoff

Aprovado projeto de resolução, de autoria do deputado Julio Garcia (PFL), concedendo honraria de mérito ao médico-pediatra e senador Geraldo Althoff (PFL). A homenagem será prestada através da realização de uma sessão solene em data a ser marcada.

Reconhecido nacionalmente, o senador ganhou maior notoriedade pela forma austera e competente que atuou como relator da CPI do Futebol, em que teve seu relatório final aprovado por unanimidade.

Natural de Tubarão, exerceu as funções de médico-pediatra, professor universitário da Unisul/Tubarão e vereador em 1989. Em 1994 foi eleito suplente de senador, assumindo o mandato em 1998 com o falecimento do então senador Vilson Kleinübing.

De acordo com Garcia, "Geraldo Althoff é um político de prestígio nacional, tendo o respeito não só da classe política, como de todos os brasileiros. Com esta homenagem, formaliza-se o reconhecimento do povo catarinense ao ilustre senador pelo seu digno e relevante trabalho".

Incentivo às empresas que custearem aquisição de aparelhos corretivos

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) está propondo, através de um projeto de lei, que o governo do Estado conceda incentivos fiscais às empresas que custearem a aquisição de aparelhos corretivos para deficientes físicos. Ele justifica que a medida vai atingir um número expressivo de pessoas, normalmente carentes, que vivem em áreas cujos serviços médicos e afins são escassos.



rogerio@alesc.sc.gov.br

Segundo o parlamentar, em Santa Catarina o problema das pessoas deficientes é agravado pela explosão demográfica que aumenta "inexoravelmente" o seu número. "É necessário, então, que o poder público se preocupe em reabilitar e facilitar o acesso aos serviços daqueles

que apresentem algum tipo de deficiência física".

O projeto estabelece que a concessão do incentivo estará condicionada à comprovação da necessidade do uso do aparelho, à comprovação da renda anual do interessado inferior a 36 salários mínimos e à inexistência de fato que desabone a condu-

ta do pretense beneficiário.

O incentivo será equivalente ao parcelamento do valor devido a título de ICMS, poderá ser ajustado em até 24 meses e respeitará o período de carência de 12 meses a contar da data da aquisição do aparelho corretivo.

SC terá Conselho Estadual da Juventude

Representar os jovens catarinenses na interlocução direta com os poderes constituintes do Estado, para a elaboração de políticas públicas destinadas ao segmento. Este é o objetivo do Conselho Estadual da Juventude, criado a partir da aprovação do Projeto de Lei nº 302/01, do deputado Jaime Duarte (PPS).

Desenvolver ações, fiscalizar cumprimento da legislação, promover cooperação e intercâmbio e indicar ao governo do Estado um representante para o Conselho Estadual de Educação são algumas das atribuições previstas no projeto. O Conselho será composto por dois representantes e dois suplentes indicados, um pela União Catarinense dos Estudantes Secundaristas (Uces) e outro pela União Catarinense dos Estudantes (UCE). Para efeitos da lei, considerar-se-á jovem a pessoa com idade entre 16 e 30 anos.

Política florestal

O deputado Jorginho Mello (PSDB) requereu ao presidente da Assembleia, deputado Onofre Agostini (PFL), a realização de audiência pública para discutir a Resolução 278/01, do Conama, e a regulamentação da Lei nº 10.472/97, que dispõe sobre a política florestal do Estado e adequação do Decreto nº 750/93, a realizar-se no dia 29 de abril, no plenário. Deverão participar o secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) e representantes da Fatma, do Ibama, do Fórum Parlamentar Catarinense, do Ministério Público e da Acaper/SC.

Redução do ICMS

O deputado Milton Sander (PPB) solicitou ao governador a realização de estudos para viabilizar a redução do ICMS incidente sobre os equipamentos de filtragem que permitem a captação da água da chuva, desenvolvidos pelas metalúrgicas catarinenses. Justifica que a medida será importante para amenizar os problemas de escassez em eventuais estiagens, permitindo a utilização da água da chuva para consumo humano, além de possibilitar o seu armazenamento para uso em outras atividades.

Figueirense

Os deputados aprovaram a proposta da bancada do PPB para a formação de uma CPE para acompanhar o afastamento do Figueirense da Série "A" do Campeonato Brasileiro de 2002, após decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva. A CPE terá sete membros e 60 dias (prorrogáveis, se for o caso) para concluir os trabalhos.

Segundo o líder do PPB, deputado Milton Sander, "os recentes fatos extrapolam o campo do esporte pela forma injusta que caracterizou o triste episódio e exige a formação de uma Comissão Especial Externa".

Emenda constitucional

Aprovada a admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional nº 13/01, de autoria do deputado Jaime Mantelli (PDT), que dá nova redação ao inciso I, do art. 59, da Constituição do Estado. O texto proposto tem o seguinte teor: "Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, às quais serão anexadas as dos poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento".

Capivari de Baixo Capital Termelétrica

De proposição do deputado Joares Ponticelli (PPB) foi aprovado projeto que reconhece o município de Capivari de Baixo como *Capital Termelétrica de Santa Catarina*. Segundo o autor, é um reconhecimento à força produtiva e aos enormes benefícios ao Estado e à região Sul do Brasil. O Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda, instalado no município, possui hoje o maior potencial termelétrico a carvão da América Latina, com uma capacidade instalada de 857 megawatts.

Divulgação de hino de SC

O plenário aprovou o Projeto de Lei nº 111/02, do deputado João Rosa (PTB), que obriga as escolas de Santa Catarina a divulgar o Hino Nacional, o de Santa Catarina e os dos municípios. A periodicidade e a forma da divulgação serão fixadas através de regulamentação do Poder

Executivo, sem prejuízo das regras pertinentes ao Hino Nacional. Para o parlamentar, a divulgação representará aos estudantes maiores condições de assimilar a importância do civismo. "Os efeitos desse projeto serão positivos no desenvolvimento dos estudantes e da sociedade".

Cidadão catarinense

De autoria do deputado Sandro Tarzan (PPB) foi aprovado projeto de lei concedendo título de cidadão catarinense ao paranaense Eron Silva. O homenageado desenvolve atividades ligadas ao jornalismo, com atuação nos meios de comunicação da região de Lages. Participou da produção e edição da obra *Brasil 500 anos - A Carta de Caminha*.

Proposições

Deputado Julio Garcia (PFL) ao governador solicitando a liberação de recursos da ordem de R\$ 1 milhão para a formação do consórcio intermunicipal que construirá em Jaguaruna o aeroporto regional sul.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao governador indagando quais as ações emergenciais adotadas pela administração para amenizar os problemas decorrentes da estiagem no oeste do Estado.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao diretor do Detran na realização de concurso público para credenciamento de um segundo despachante de trânsito para Dionísio Cerqueira.

Deputado Odacir Zonta (PPB) ao ministro dos Transportes solicitando providências para a restauração e recapeamento asfáltico da BR-282 nos trechos Xanxerê com o cruzamento da BR-470 e o trecho de Alfredo Wagner até Águas Mornas.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao presidente FHC e aos líderes das bancadas no Senado solicitando encaminhamento de voto contrário à aprovação da Medida Provisória nº 14, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia emergencial.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) às autoridades e à sociedade de São Pedro de Alcântara pela passagem do 8º aniversário de emancipação político-administrativa.

Deputado Odacir Zonta (PPB) aos moradores de Bela Vista do Toldo e Santiago do Sul cumprimentando-os pelo transcurso dos aniversários dos municípios.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao governador e ao secretário dos Transportes solicitando a construção de uma ponte sobre o rio Chapecó, entre a comunidade de Linha Paiol de Barro, em Entre Rios, e Nova União, em Marema.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul cumprimentando-os pela passagem dos 498 anos do descobrimento da Ilha de São Francisco do Sul.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador solicitando a liberação de recursos para aquisição de ambulâncias e demais equipamentos para o Auto Socorro de Urgência vinculado ao Corpo de Bombeiros da PM.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) ao governador sugerindo a realização de obras visando ao aproveitamento do potencial turístico de Nova Trento.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao superintendente da Telesc Brasil Telecom pedindo instalação de telefones públicos nas localidades de Altos da Boa Vista e Capivaras, em Bom Jardim da Serra.

Deputado José Paulo Serafim (PT) ao presidente da Telesc Brasil Telecom solicitando a instalação de um telefone público na rua Sangão Madalena, em Maracajá.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador indagando diversas informações sobre as unidades do Corpo de Bombeiros no Estado.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao governador indagando quem são os funcionários da administração pública que estão lotados no município de São Bonifácio, incluindo os cargos de confiança.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) à Tim Telesc Celular pedindo a instalação de uma estação rádio-base de telefonia celular em Lauro Müller.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador requerendo a pavimentação asfáltica dos trechos das rodovias que liga Imbuia e Leoberto Leal e Witmarsum e Vitor Meireles.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador pedindo a ampliação do sistema de abastecimento d'água de Indaial, especialmente para o bairro Encano.

ESPECIAL

Comissão de Saúde discute cobrança da água do rio Itajaí

Com a presença de deputados da Comissão de Saúde, presidida por Volnei Morastoni (PT), do presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Itajaí, Hans Prayon, de representantes do governo do Estado e de ambientalistas foi realizada nessa quarta-feira (17) uma audiência pública que discutiu a implantação da cobrança pelo uso da água da Bacia do rio Itajaí.

O modelo de cobrança elaborado através da parceria entre a Fatma e a GTZ, empresa alemã de cooperação técnica, foi apresentado durante o encontro. Prevê a cobrança de acordo com as características de cada usuário, dependendo da quantidade de água captada e do lançamento de detritos poluentes no rio. O início da cobrança está previsto para o início de 2003 e será aplicada segundo critérios estabelecidos pelo comitê a partir da discussão com os usuários. Estão sujeitas à cobrança empresas dos setores de saneamento, de geração de energia elétrica e de transporte, parques aquáticos, extração de areia, indústrias, postos de combustíveis, produtores de arroz, de peixes e de suínos.

Na opinião de Morastoni a cobrança é uma das formas de se estabelecer em Santa Catarina uma política de recursos



Deputado Morastoni e Hans Prayon

hídricos. “O conceito de usuário é muito mais amplo do que o de consumidor tra-

dicional, aquele que utiliza a água para uso pessoal”, destacou o parlamentar, referindo-se às empresas que retiram grande quantidade de água da Bacia do rio Itajaí sem a preocupação de que a água é um “bem finito”.

No próximo dia 25, em Brusque, os parlamentares participam de uma plenária com o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Itajaí para uma nova discussão sobre o assunto. “Queremos obter mais informações para que a Assembléia possa ser parceira nesse processo”, disse Morastoni.

Recursos hídricos em discussão

A integração entre os Comitês de Bacias Hidrográficas Catarinenses, a Agência Nacional de Água (ANA) e o Legislativo está sendo proposta pelo presidente da AL, deputado Onofre Agostini (PFL), ao solicitar a realização de audiência pública, no próximo dia 5, *Dia Mundial do Meio Ambiente*.

Segundo o parlamentar, a idéia é unir forças e buscar saídas para evitar as enchentes e minimizar os efeitos das estiagens que tanto interferem no desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Assembléia entra na briga ambiental em Itá

Por solicitação do presidente da Associação de Defesa Ambiental da região de Itá, Jair Querino, a Assembléia vai buscar informações detalhadas nos

órgãos estatais de fiscalização. Segundo ele, a associação está denunciando a promotora da Comarca de Seara pelo arquivamento de todos os processos de investigação sobre agressões ambientais. “A promotora tem simplesmente cobrado multas e não tem cumprido a lei. Nós queremos que as empresas sejam julgadas conforme manda a legislação ambiental, o Código Civil e o Código Penal. Grandes empresas, como a Tractbel - Gerasul, a Seara e a Perdígão estão poluindo a água e o solo”. O processo de agressão ambiental está comprometendo a produção de leite – da qual vive a maioria das 322 famílias atingidas diretamente –, além da produção agrícola.

Segundo o deputado Afrânio Boppré (PT), a quem foi endereçado o ofício, o caso deverá ser levado à apreciação da Comissão de Saúde e Meio Ambiente depois de colhidas as informações necessárias dos órgãos responsáveis pela fiscalização e aplicação da legislação ambiental.

Agenda

Dia 22, às 14 horas – Audiência pública da Comissão de Turismo para discutir o loteamento irregular que está sendo implantado no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Local: Plenário

Dia 23, às 17 horas – Reunião da CPI do Roubo de Carga e Desmanche de Veículos para ouvir os presidentes da Federação de Transporte de Cargas e da Fectraesc

Local: Sala das Comissões

Dia 23, 19 horas – Retratos de Santa Catarina – Vargeão

Local: Hall da Alesc

Dia 24, 9h30min – Audiência pública da Comissão de Educação sobre os recursos do Fundef

Local: Plenarinho

Dia 25, 19 horas – Lançamento da Festa do Pinhão - Lages

Local: Hall da Alesc

Dia 25, às 20 horas – Sessão solene pela passagem do 100º aniversário de nascimento do ex-governador Heriberto Hülse

Local: Clube 7 de julho - Tubarão